

A brasilidade no *entre-lugar*: leituras de Dyonélio Machado e Sérgio Buarque de Holanda

Mauro Gaglietti*
Márcia Helena S. Barbosa**

UPF



Este trabalho sugere um roteiro de leitura que poderá oferecer um ponto de observação peculiar da brasilidade, fundamentando-se na concepção teórica de “dilema brasileiro”, adotada por Roberto da Matta. O roteiro prevê a leitura comparada de *Os ratos* (1935), de autoria de Dyonélio Machado, e de *Raízes do Brasil* (1936), de autoria de Sérgio Buarque de Holanda, de modo que, num movimento de alternância e reciprocidade, um texto sirva como chave seletiva de acesso ao sentido do outro, mais em virtude das especificidades discursivas de cada um do que pelas analogias que venham a possuir. O Brasil, por ser um país complexo, convive com uma série de dilemas que lhe são próprios e que, talvez, a história e a literatura em conjunto possam representar e interpretar com maior eficácia. Longe de qualquer visão substancialista ou essencialista, empenhada em apontar uma identidade nacional fixa ou um caráter brasileiro único e imutável, há uma leitura da realidade do país que indica a existência de um paradoxo inerente a seu sistema social. Tal paradoxo está relacionado ao fato de que esse sistema social apresenta valores modernos sem, no entanto, abandonar um conjunto de práticas (e ideologias) tradicionais, que continuam se reproduzindo e governando *relacional* e *hierarquicamente* o cotidiano.

Essa dualidade que caracteriza as práticas cotidianas no Brasil é chamada por Roberto da Matta¹ de dilema brasileiro. A forma de expressão de tal dilema é um conjunto de conflitos que perpassam a

* Doutor em História. Professor do Curso de História da Universidade de Passo Fundo.

** Doutor em Letras.

¹ DA MATTÁ, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

estrutura da vida nacional. Um exemplo disso é o surgimento do jogo do bicho no país em plena alvorada republicana, quando o Brasil adotava uma política intensamente liberal na área econômica. É como se o Estado-Nação moderno, individualista e impessoal desconhecesse a sociedade personalista, relacional e carismática; não possuísse qualquer sintonia com as práticas sociais e culturais vigentes. Ou, ainda, é como se o universalismo moderno fosse demandado em público, enquanto o particularismo continuava a funcionar nos planos pessoal e privado.

Desse modo, o segredo para uma apurada interpretação do Brasil talvez resida na tentativa de se estudar aquilo que está *entre* os pólos, descobrindo um elo que permita balizar duas entidades e que, simultaneamente, invente seu próprio espaço.² Ao que parece, focalizando as conjunções seria possível ver melhor as oposições – sem desmanchá-las, minimizá-las ou simplesmente tomá-las como irredutíveis – e investigar o espaço de negociação que se estabelece nesse intervalo situado entre as polaridades. As relações sociais no Brasil são marcadas por uma oscilação entre universalismo-particularismo, individualismo-holismo e igualitarismo-hierarquia. Esses pares constituem a expressão maior do dilema brasileiro, pela forma singular como se manifestam na sociedade. O dilema brasileiro é revelado, assim, por meio de práticas de convívio equilibrado entre o universalismo burguês, igualitário e individualista, representado pelas normas da rua, e o sistema de relações pessoais, que é o seu paralelo, o seu avesso, e que representa as regras da casa.

Em um modelo ordenado dessa forma, o papel social do cidadão é a moeda cívica corrente e oficial do sistema, mas é preciso levar em conta o fato de que essa moeda perde valor quando o número de cidadãos se amplia e a cidadania passa a ser um direito de todos. A desvalorização/desmoralização da moeda cívica, em vez de derrubar o regime, estimula a utilização de outras moedas – tais como as trocas de favores, as gentilezas e pedidos – capazes de atenuar, compensar e tornar relativas as perdas financeiras. Em um sistema assim constituído, os mais poderosos são aqueles que tem mais *dinheiros* e mais acesso às distintas espécies de moedas. Dessa forma, o poder fica longe dos *pobres-diabos* e próximo daqueles que têm a possibilidade de utilizar muitos códigos e diversas regras.

O caminho para desvelar a dinâmica da constante e complexa construção da identidade brasileira pode ser a análise de textos literários que problematizem essa questão e, simultaneamente, a descrição e o exame da própria sociedade. Nessa perspectiva é que se

² Cf. BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. O *entre-lugar* é concebido por Bhabha como um terceiro espaço, híbrido, que permite a emersão de outras posições, no caso, a constituição de novos sujeitos. Esse terceiro espaço desloca as histórias que o constituem e gera novas estruturas de autoridade, novas iniciativas políticas. O processo de hibridação cultural origina algo diferente, algo novo e irreconhecível, uma nova área de negociação de sentido e representação.

sugere a leitura do Brasil por intermédio dos dois livros antes mencionados – *Os ratos* e *Raízes do Brasil* –, ambos publicados na metade da década de 1930. O surgimento dessas obras ocorreu num momento privilegiado no que se refere à produção de discursos sobre o Brasil. Tanto reflexões de cunho analítico – dentre as quais se inclui o ensaio intitulado *Raízes do Brasil* –, que pretendiam dar conta das transformações pelas quais passava a sociedade brasileira, quanto obras de ficção, participaram dessa tomada de consciência ideológica que os intelectuais e artistas promoveram, numa radicalização quase inexistente até então.³ Vale dizer que *Os ratos* é um romance que tem Porto Alegre como cenário, mas que poderia estar tratando, segundo Antonio Candido,⁴ de qualquer cidade brasileira que, nos anos trinta, já houvesse recebido o sopro da urbanização e das mudanças gerais que atingiram a parte mais rica do país – o centro-sul.

A trama de *Os ratos*⁵ se desenvolve ao longo de um período de vinte e quatro horas, durante o qual Naziazeno Barbosa, protagonista da novela, emprega todos os meios dos quais dispõe para levantar 53 mil-réis, valor de uma dívida contraída com o leiteiro. A trajetória de Naziazeno se estrutura numa conexão cerrada entre duas dimensões: a externa, que corresponde à peregrinação dentro do espaço urbano, em busca do dinheiro para saldar a dívida, e a interna – relativa ao espaço restrito, doméstico e subjetivo –, que ressemantiza o percurso externo, da peregrinação, refazendo-o, depois de alcançado o objetivo material, por meio da repetição psicológica do passado próximo.⁶

Naziazeno perambula pela cidade numa errância a que tenta se subtrair pelo favor, pelo jogo da roleta ou do bicho, mas a que parece irremediavelmente condenado. No entanto, apesar da angústia que essa errância provoca, o personagem preserva uma relação harmônica com a cidade em que se ampara. A leitura da novela mostra que a relação coisas/dinheiro, vivenciada por Naziazeno, possui um significado que vai além da simples associação entre os preços atribuídos aos objetos e os bens de que os personagens da história precisam. Com efeito, observa-se que o protagonista e seus amigos não toleram muitos aspectos da economia de mercado, principalmente aqueles que dizem respeito às relações trabalho/salário e dinheiro/mercadoria.⁷ A lógica da modernidade contrasta, em certo sentido, com

³ Cf. MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. A Revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 2, n. 4, abr. 1984, p. 32. Ver também: MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁴ Id., *ibid.*

⁵ MACHADO, Dyonélio. *Os ratos*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.

⁶ Cf. VECCHI, Roberto. Ratos cordiais e raízes daninhas: formas da formação. In: PESAVENTO, Sandra Jatayh (Org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 85-88.

⁷ Cf. MAFFESOLI, Michel. Uma leitura de George Simmel. *Histórica*. Porto Alegre: APGH-PUCRS, 2003, p. 9-18.

a errância do personagem de Dyonélio Machado. Pode-se afirmar que essa errância expressa uma modernidade estranha, heterogênea, sobretudo se forem consideradas a atividade acessória, repetitiva e, portanto, ineficaz que Naziazeno desempenha na repartição pública onde trabalha e a condição paradoxal do protagonista, como produto particular de um determinado aparelho de estado, que aliena o indivíduo e, ao mesmo tempo – possuindo uma estrutura arcaica e paternalista – deixa alguma margem à intervenção do sujeito.

Enfim, o que se descortina no romance é o fato de os traços característicos do sistema capitalista, moderno e alienante, ganharem, na sociedade brasileira, uma tradução específica. Assim, seria insuficiente recorrer às regras de funcionamento daquele sistema para conferir sentido à errância de Naziazeno. Essa insuficiência fica evidente quando se lança mão de outras categorias teóricas, como a da reificação, por exemplo, pois, na narrativa, domina o valor de troca, mas dentro do personalismo das relações amigáveis. O errar de Naziazeno, no fundo, é um movimento complexo, à beira da alienação, sendo e não sendo ao mesmo tempo, em virtude da peculiaridade das relações sociais que estabelece e pelas quais é circundado.

A tentativa, empreendida pelo protagonista, de “ganhar” tempo, de acelerar o processo de “fabricação” do dinheiro, apostando tanto na roleta quanto no jogo do bicho acaba num fracasso total, razão pela qual ele é obrigado a dar continuidade a sua peregrinação. Essa trajetória só se conclui com uma complicada transação, da qual participam diversos intermediários – o dinheiro é obtido depois de o protagonista haver perambulado pela cidade o dia inteiro, por meio da penhora de um anel de bacharel e graças ao empréstimo desse objeto por parte de um amigo. Nesse caso, a solução do problema que aflige Naziazeno não vem do trabalho, mas da cordialidade do duque, como já viera, em outras situações difíceis, da cordialidade do diretor da repartição, e como poderia ter vindo do acaso, da sorte no jogo. O duque consegue evitar que o amigo “caia na ratoeira”, concedendo-lhe um alívio temporário, porém não é capaz de promover uma solução definitiva para a precariedade de Naziazeno; pelo contrário, aquele personagem estreita ainda mais os vínculos pessoais de dependência, que “salvam” o protagonista, ao mesmo tempo que o prendem numa rede. Surge aí, nesse modo tortuoso de obter o dinheiro, a possibilidade de ler, por intermédio do texto literário, o livro *Raízes do Brasil*, sobretudo os capítulos dessa obra que tematizam a questão da cordialidade brasileira.

O paternalismo, que Sérgio Buarque de Holanda considera o eixo em torno do qual giram as relações de poder, parece encontrar a sua realização plena na novela de Dyonélio Machado, em que a aquisição do dinheiro não é vista como produto de um trabalho realizado, mas como fruto de uma teia, formada por trocas de favores, gentilezas e pedidos. É exatamente a esses mecanismos que se refere Sérgio

Buarque de Holanda quando focaliza as tensões entre as formas tradicionais de sociabilidade, centradas na família patriarcal, e os padrões de sociabilidade inerentes ao mundo moderno. Ao examinar a relação entre o círculo familiar e o estado, o ensaísta mostra que não existe passagem gradativa de uma ordem para outra, e sim uma descontinuidade, e até uma oposição, entre ambas. “Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar”, afirma ele, “é que nasce o estado e o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da cidade”.⁸ Assinala, também, que o processo por meio do qual a lei geral suplanta a lei particular, no Brasil, vinha sendo marcado por crises mais ou menos prolongadas.

No caso brasileiro, o nascimento e a consolidação do estado seriam mais problemáticos porque a família de tipo patriarcal, predominante no país, tenderia a absorver intensamente os seus membros na comunidade doméstica – caracterizada pelos laços de afeto e de sangue, pela reduzida autonomia ou senso de responsabilidade de seus membros. Assim, nessa sociedade, a urbanização acarretaria “um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje”.⁹ Sérgio Buarque de Holanda constata que, na década de 30, “a crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é [...] especialmente sensível [...] devido ao triunfo decisivo de certas virtudes *antifamiliares* por excelência, como o são, sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos”.¹⁰

Ao analisar as conseqüências do predomínio do patriarcalismo sobre o funcionamento das modernas instituições societárias, especialmente as atividades estatais, o sociólogo percebe que o indivíduo formado em um ambiente dominado pelas relações patriarcais dificilmente fará distinção entre as esferas pública e privada. A tendência, adverte, é a de que esse indivíduo venha a comportar-se como um funcionário “patrimonial”, para o qual a gestão política é assunto de seu interesse particular, e as funções, os empregos ou benefícios que daí auferem confundem-se com seus próprios direitos pessoais, em vez de serem regulados por interesses objetivos, como ocorre no verdadeiro estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem as garantias dos cidadãos.¹¹ Esse comportamento segue o modelo de relações gerado na vida doméstica – o território dos laços afetivos e de parentesco –, que quase sempre preponderou no Brasil, tanto na administração pública como em outras áreas. Vale sublinhar que essa concepção, oriunda do patrimonialismo, diz respeito a uma forma do domínio político em que agrupamentos enraizados em núcleos privados

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 3.

⁹ Id., *ibid.*, p. 105.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 104.

¹¹ Id., *ibid.*, p. 106.

da sociedade – a família e seus desdobramentos – conferem determinado viés à esfera pública, submetendo o estado, e o interesse geral, ao seu particularismo. De acordo com essa concepção, não é o estado que organiza a sociedade; é esta que submete o estado.

Enquanto traço distintivo do “caráter” nacional brasileiro, o “viver nos outros”, a dimensão personalista, impregna a ação política e dá suporte cultural às oligarquias dominantes tanto no âmbito regional quanto no governo central. A opção pelo liberalismo no país não visa, portanto, à reprodução do modelo britânico, resultante de uma sociedade que valoriza a organização e que produz um estado com funções limitadas à coordenação e à defesa dos interesses expressos pelo tecido coletivo. No caso brasileiro, há a importação de apenas uma parcela do liberalismo: aquela que privilegia as liberdades individuais. Por esse motivo, torna-se necessária a construção de um estado interventor, que, ao instituir um grande número de leis, busca normatizar, minuciosamente, a vida pública e a existência privada no país, sem, contudo, mostrar-se eficiente nesse propósito. As constituições imperial e republicana, para Sérgio Buarque, referem-se, assim, a um Brasil idealizado pelas elites, mascarando uma “realidade feia e desconcertante”.

A conformação da vida societária pelo poder derivado da vida rural e patriarcal produz, no plano psicossocial, aquilo que, para o ensaísta, é a “contribuição brasileira para a civilização” – a cordialidade, definida como o avesso à polidez instigada pela “civilidade”. Esse traço do caráter brasileiro seria, em parte, uma herança advinda das origens culturais ibéricas e do próprio processo de colonização portuguesa no país. Quando fala da “lhaneza do trato, hospitalidade e generosidade” dos brasileiros, o sociólogo identifica não apenas a fisionomia de um povo acostumado às relações pessoais, mas também a inimizade e outras condutas similares, desde que nascidas do coração. Nessa acepção, a cordialidade não tem qualquer relação, como se poderia supor, com boas maneiras, com a civilidade e a polidez. As manifestações da cordialidade revelam “um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”. A expressão “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. A cordialidade dos brasileiros é visceralmente inadequada às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, isto é, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários.¹²

¹² Cf. MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. A Revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 32, abr. 1984. Ver também MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

É essa “vocação” que explicaria o brasileiro como um ser político incapaz de romper o círculo das relações familiares, vale dizer, de diferenciar o público do privado, de lidar com as instituições e com o estado, *impessoais* demais para o seu “jeito”. Essas raízes também explicariam práticas políticas viciosas, pouco afeitas à democracia moderna, nas quais prevalecem os interesses particulares, incompatíveis com a ordenação social e política neutra ou “burocrática”. A civilidade implicaria controlar e esconder as emoções, graças à coerção, à subordinação da conduta a regras que podem exprimir-se em mandamentos e sentenças, o que leva o sociólogo a concluir: “nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez”.¹³ Desse modo, segundo Sérgio Buarque de Holanda, no trato social, a polidez constitui-se numa espécie de máscara, num dispositivo individual, cuja finalidade é, em verdade, a defesa dos pensamentos e interesses do “eu” frente às orientações coletivas. O indivíduo, armado com a máscara da polidez, mantém “sua supremacia sobre o social”; assimila apenas a dimensão exterior, epidérmica, da sociedade, transformando-a, quando necessário, numa peça de resistência ou utilizando-a como um disfarce que preserva intactas suas emoções. Todavia, o fato de o “homem cordial” desenvolver uma mímica deliberada da polidez pode iludir, fazendo parecer natural aquilo que é uma fórmula.¹⁴

Como explica Sérgio Buarque de Holanda, para o “homem cordial”, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. A cordialidade é, pois, uma tentativa de reconstrução, no plano societário, do mesmo tipo de sociabilidade, assentada em laços comunitários, que vigorava na família patriarcal. Seriam exemplos dessa tentativa algumas formas de linguagem, de expressão religiosa e até o horror às hierarquias e a busca de intimidade no tratamento dispensado pelos indivíduos à autoridade.¹⁵ O ensaísta constata que o convívio mais emocional que

¹³ HOLANDA, op. cit., p. 107.

¹⁴ Cf. BHABHA, op. cit. O autor refere-se a esse processo como uma maneira de imitar, mas num sentido traiçoeiro e deslocante – o de imitar um original de tal modo que a sua prioridade não é reforçada. Assim, o original pode ser simulado, reproduzido, transferido, transformado, tornado um simulacro, de forma que nunca se conclui ou se completa em si mesmo. O “originário” será sempre aberto à tradução, portanto nunca se poderá dizer que tem um momento antecedente, totalizado de sentido ou de ser – uma essência. Isso significa que as culturas só são construídas em relação a essa alteridade interna à sua própria atividade formadora de símbolos, que as faz estruturas descentradas, e que por intermédio desse deslocamento ou liminaridade abre-se a possibilidade de se articularem práticas e prioridades culturais *diferentes* e mesmo *incomensuráveis*.

¹⁵ Cf. SALLUM Jr., Brasília. Raízes do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 1999. p. 237-256. Ver também BERTOLLI FILHO, Cláudio. Sérgio Buarque e Cassiano Ricardo: confrontos sobre a cultura e o Estado brasileiro. In: PESAVENTO, op. cit., p. 237-254.

racional é o elemento definidor da brasilidade e da cultura dos povos latino-americanos. Essa especificidade da cultura latino-americana, e especialmente da brasileira, relativiza a hierarquia, a respeitabilidade dos nomes de família e os títulos distintivos, incitando os “desiguais” em qualquer escala hierárquica a, logo que possível, buscarem no convívio íntimo a estratégia legitimadora das relações sociais. Uma das evidências do poder da cordialidade na cultura brasileira está no fato de as relações entre os homens e as entidades divinas assumirem uma “intimidade quase desrespeitosa”, a ponto de os santos serem invocados no diminutivo, ferindo os protocolos de civilidade e do próprio catolicismo, como sentenciar Sérgio Buarque de Holanda.

A análise efetuada permite afirmar que o “homem cordial” é um traço característico da novela *Os ratos*, na medida em que, na trama, a cordialidade impregna as relações entre o protagonista e seus companheiros. Recorrendo à mímica da polidez, Naziazeno Barbosa consegue assegurar sua supremacia ante o social. A vida em sociedade é, para ele, uma verdadeira libertação do pavor que sente em viver consigo mesmo, em ter de apoiar-se apenas sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Assim, o protagonista transfere para o espaço público as relações que estabelece no âmbito privado, valendo-se de diversas moedas – trocas de favores, gentilezas e pedidos – para obter a moeda que permite sua sobrevivência na sociedade capitalista.

Referências

- BERTOLLI FILHO, Cláudio. Sérgio Buarque e Cassiano Ricardo: confrontos sobre a cultura e o Estado brasileiro. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 237-254.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MACHADO, Dyonélio. *Os ratos*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.
- MAFFESOLI, Michel. Uma leitura de George Simmel. *Histórica*. Porto Alegre: APGH-PUCRS, p. 9-18, 2003.
- MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. A revolução de 1930 e a cultura. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 2, n. 4, p. 29-49, abr. 1984.
- _____. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 9-21.
- SALLUM Jr., Brasília. *Raízes do Brasil*. In: MOTTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 1999. p. 237-256.
- VECCHI, Roberto. Ratos cordiais e raízes daninhas: formas da formação. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Leituras cruzadas; diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 85-88.